

INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE: FIO CONDUTOR PARA O PROGRESSO

UNSOCIABLE SOCIABILITY: A THREAD FOR PROGRESS

Emanuel Araujo dos Santos¹

Profº Dr. José Pedro Luchi²

RESUMO: A insociável sociabilidade é vista como um antagonismo criador, processo através do qual a contraposição de forças ambivalentes origina algo novo. O ponto de partida para as discussões subsequentes é uma análise do texto "Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita", de Immanuel Kant. Em conformidade com o pensamento kantiano, a natureza dotou o gênero humano com uma tendência, ao mesmo tempo, de compatibilidade e incompatibilidade social, favorecendo o desenvolvimento das habilidades humanas. Nesse sentido, foi objetivado identificar o conceito de insociável sociabilidade na perspectiva de sua importância para o progresso humano. Por fim, analisou-se o resultado criativo/produtivo desse confronto, o qual favorece o entendimento da dinâmica entre conflitos e cooperação na contemporaneidade.

Palavras-chave: Sociabilidade insociável; Antagonismo; História; Progresso.

ABSTRACT: The unsociable sociability is seen as a creative antagonism, a process through which the opposition of ambivalent forces gives rise to something new. The starting point for the subsequent discussions is an analysis of the text "Idea for a Universal History from a Cosmopolitan Point of View" by Immanuel Kant. In accordance with Kantian thought, nature has endowed humankind with a tendency towards both social compatibility and incompatibility, favoring the development of human skills. In this sense, the aim was to identify the concept of unsociable sociability in light of its importance for human progress. Finally, the creative/productive outcome of this confrontation was analyzed, which enhances the understanding of the dynamics between conflicts and cooperation in contemporary times.

Keywords: Unsociable sociability; Antagonism; History; Progress.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia da história alemã foi inaugurada por Immanuel Kant, no ensaio "Ideia de uma história da filosofia de um ponto de vista cosmopolita" (1784), obra fulcral para o desenvolvimento do presente estudo. É necessário, em primeiro lugar, compreender que a filosofia da história busca responder à questão "há algum sentido naquilo que ocorreu?" Igualmente, é estruturada pela investigação de um fio

¹ Centro Universitário Salesiano – UniSales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: emanuelaraujo13.ea@gmail.com

² Centro Universitário Salesiano – UniSales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: luchi-jp@hotmail.com

condutor que favoreça a explicação das ações humanas de acordo com uma finalidade. Por isso, objetiva compreender os fatos históricos enquanto elaboram ou executam um plano predefinido, visando alcançar um propósito específico (Barros, 2017, p. 9).

É importante inferir, no entanto, que os homens e, logicamente a história humana, como afirma Kant (2022, p. 3), são constituídos pelo “jogo da liberdade da vontade humana”, o qual é definido por ele como “insociável sociabilidade” (*ungesellige Geselligkeit*) que é a autora do aprimoramento e do aperfeiçoamento da humanidade e faz o indivíduo se entender como um ser autônomo e responsável por solucionar os problemas gerados pelas tendências naturais do homem.

Com base nesse viés, é fundamental reconhecer que, independente do conceito que se faça da liberdade da vontade, as suas manifestações (*Erscheinungen*), “as ações humanas —, como todo outro acontecimento natural, são determinadas por leis naturais universais” (Kant, 2022, p. 3). Nesse sentido, consoante ao que Kant (2022, p. 4) afirma, um filósofo não pressupõe nos homens e seus jogos nenhum propósito racional próprio, então cabe a ele tentar descobrir um propósito da natureza que possibilite uma história segundo determinado plano da natureza para as criaturas que procedem sem um plano particular.

Conforme o pensamento kantiano, a natureza dotou o gênero humano com uma tendência, ao mesmo tempo, de compatibilidade e incompatibilidade social, isto é, a “insociável sociabilidade”, favorecendo assim o desenvolvimento das habilidades humanas. Cumpre destacar, entretanto, que definir a disposição como originária ao homem é afirmar que essa disposição está presente desde o início, é inerente, ou se desenvolve como parte integral da natureza humana, de forma que não pode ser removida ou extirpada, pois a própria essência humana não existiria (ou seria inconcebível) sem essa disposição (Kant, 1793, p. 28 *apud* Pinheiro, 2011, p. 54).

Uma disposição seria a ordenação e as potencialidades de cada indivíduo para alcançar um fim conforme a doutrina teleológica da natureza, como explica Kant (2022, p. 4), “todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim”. Ou seja, Kant investiga que a natureza possui um fio condutor que leva todas as coisas a se ordenarem buscando atingir um fim estabelecido por ela, portanto, a insociável sociabilidade seria uma dessas disposições.

Nesse sentido, enfrentar a insociável sociabilidade é inevitável para o gênero humano, como evidencia Barros (2017, p. 38), uma vez que sua própria estrutura social é formada a partir desse antagonismo e todos possuem essa característica, a qual faz parte da disposição originária (*ursprüngliche Anlage*).

Por essas razões, a ideia da “sociabilidade insociável” está latente como matriz da essência humana, da mesma forma que a noção de progresso pensada enquanto

³ Para Immanuel Kant, na “Crítica da razão Pura”, as leis naturais universais são princípios fundamentais que regem a natureza e, na “Crítica da Razão Prática”, o comportamento dos seres humanos. Tais leis são aquelas que governam tanto o mundo físico (as leis da natureza) quanto o mundo moral (as leis da ética). No aspecto físico, são as leis da natureza que estruturam a experiência humana sensorial, já no aspecto moral, são as leis racionais e universais que governam o comportamento ético dos seres humanos, sendo expressas pelo imperativo categórico.

desígnio histórico que, todavia, germina da guerra e da discórdia entre os homens. Tanto em um quanto em outro caso, é o conceito de antagonismo (como oposição aparentemente paradoxal) que explica a mudança de um aparente dualismo a uma dialética transformadora do humano, do social e do político (André, 2012, p. 34).

Cabe inferir que a natureza possui, portanto, uma dialética, um modelo dinâmico de organização do universo, repleto de forças contrastantes que geram tanto equilíbrios essenciais para a sustentabilidade do cosmos quanto novas flutuações e movimentos que surgem desse diálogo de energias antagônicas (André, 2012, p. 34). Em outras palavras, seria uma dialética natural, a presença de duas disposições aparentemente contrárias entre si, mas que corroboram com o surgimento de uma síntese que favoreça a universalidade.

Não obstante, os seres humanos, tanto individualmente quanto em comunidades inteiras, raramente percebem que, ao buscar seus objetivos pessoais e muitas vezes competindo uns com os outros, estão inconscientemente seguindo um propósito subjacente da natureza, que lhes é desconhecido e mesmo se estivessem cientes desse propósito, dificilmente lhe dariam importância (Kant, 2022, p. 3-4).

Após essas considerações, o problema pontuado no presente trabalho pode ser expresso na seguinte questão: qual o conceito e a importância da insociável sociabilidade para o progresso humano?

Diante disso, ao observar a realidade do homem pós-moderno, hodiernamente verifica-se a existência de muitos egoísmos que combatem os demais egoísmos presentes em cada indivíduo, portanto, é difícil encontrar um ponto de universalidade perante tantas fragmentações na sociedade. Porém, simultaneamente, “o homem é um animal social e um animal para o qual a convivência é natural” (Aristóteles, 1996, p. 293), assim, o ser humano deve buscar a socialidade, naturalmente, isso está intrínseco a ele.

Tendo em vista uma sociedade cindida, as pessoas vivem imersas em um incessante conflito de interesses, ideias, preferências, discórdias e diferentes princípios. Esses fatores favorecem uma disputa intersubjetiva comum devido à liberdade da vontade do homem, o qual é impulsionado a descobrir um “*propósito da natureza* que possibilite uma história segundo um determinado plano da natureza” (Kant, 2022, p. 4, grifo do autor).

Ressalta-se que a reflexão sobre a “insociável sociabilidade” — tendência inerente dos homens à vida em comum, indissociável de uma igual inclinação ao isolamento e ao conflito — pode ser abordada sob perspectivas filosóficas, sociológicas, antropológicas e históricas. Essa análise é urgente, pois a sociedade não percebe que, ao buscar objetivos particulares, os indivíduos frequentemente competem entre si (Kant, 2022, p. 3-4), entretanto, tais conflitos ocorrem em função de um projeto maior, voltado para o progresso.

Além destas lacunas que geraram a oportunidade deste trabalho, existe a motivação pessoal derivada do interesse em aprofundar um conceito tratado em uma das aulas de Antropologia, a insociável sociabilidade, o que despertou curiosidade em fazer uma análise dessa temática tão presente na sociedade.

Nesse contexto, o trabalho evidencia como o estudo do tema favorece a compreensão da sociedade e, sobretudo, do esforço necessário da população em superar o egoísmo para evoluir. Tais desenvolvimentos são identificados no decorrer da história do mundo (*Weltgeschichte*) a qual revela um horizonte de identificação entre a vontade particular e a universalidade.

O estudo da "insociável sociabilidade" justifica-se, como método filosófico-crítico que oferece uma perspectiva singular sobre os fundamentos da interação humana e seus desafios. Por essa razão, compreender como a tendência natural para a socialização é contrabalançada pela resistência antissocial pode fornecer *insights* cruciais não apenas para a filosofia e as áreas de psicologia social, ciências políticas e sociologia. Além disso, esse fenômeno pode ser um motor para o desenvolvimento humano, o estudo pode contribuir para uma sociedade mais coesa e inclusiva.

Filosoficamente, essa investigação aprofunda a filosofia prática e a ética, revelando que o conflito entre o desejo de socialização e a inclinação para o isolamento não é apenas uma contradição superficial, mas uma dinâmica essencial para o progresso moral e intelectual. Esse estudo também enriquece debates contemporâneos sobre liberdade, autonomia e moralidade, revitalizando o interesse pela filosofia kantiana.

Para o pesquisador, explorar este tema aprimora habilidades analíticas e críticas, proporcionando uma visão mais complexa da natureza humana, das complexidades e dinâmicas das interações sociais. Além disso, engajar-se com esse conceito filosófico fomenta um senso de responsabilidade intelectual e ética, incentivando uma reflexão crítica contínua e a aplicação prática dos *insights* adquiridos.

Nesse itinerário, o objetivo geral deste estudo é analisar o conceito de antagonismo (insociável sociabilidade) nas ações humanas, na perspectiva de sua importância para o progresso da humanidade, no sentido de ser como um fio-condutor da história. Haja vista que, com o avanço da fragmentação social, torna-se um empecilho encontrar algo com valor universal. Com esse propósito, os objetivos específicos consistiram em investigar e associar os conceitos de "antagonismo" e "insociável sociabilidade" na filosofia da história de Kant, expurgando a concepção equivocada do antagonismo; analisar o conceito de sociabilidade e de insociabilidade, identificando o papel da dialética natural que desencadeia o despertar do indivíduo e destacar a importância da "insociável sociabilidade" para o progresso numa narrativa racional da história, no ponto de vista kantiano, tendo em vista a intersubjetividade e a autonomia do homem contemporâneo.

Por essas razões, à luz dessa questão podem ser levantadas algumas hipóteses que incluem a "insociável sociabilidade" como fator não negativo, mas sim como inerente ao homem, além de ser viabilizadora do progresso e do desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o antagonismo visa buscar uma ordenação e concórdia entre os homens, ao passo que a natureza quer a discórdia, mas em vista de um progresso, como propósito da natureza. Esses conceitos ajudam a interpretar construtivamente a contemporaneidade.

2 VIDA E OBRA DE IMMANUEL KANT

Conforme Reale e Antiseri (2004, p. 347), Immanuel Kant, nasceu em 1724, em Königsberg, (atual Kaliningrado, cidade russa). Proveniente de uma modesta família artesanal, de provável ascendência escocesa, o ambiente familiar de Kant foi marcado por dificuldades, agravadas pela perda de seis irmãos na infância.

Kant reconhecia seus pais como exemplos de integridade e diligência e influenciaram sua educação exemplar. Especialmente a mãe, Regina Reuter deixou uma marca indelével na *psyché* de Kant, incutindo-lhe virtudes e nutrindo sua apreciação pela beleza da natureza durante suas excursões pelo campo, isso influenciou significativamente na formação de seu arcabouço filosófico; estimulou sua curiosidade intelectual enfatizando a educação religiosa que era imbuída da rigurosidade característica do pietismo, uma vertente radical do protestantismo.

Posteriormente, Kant foi matriculado no *Collegium Fridericianum*, embora ele tenha mais tarde criticado certos aspectos da educação pietista, resquícios de seus princípios fundacionais permaneceram nele, notavelmente manifestos em seus tratados morais, como o caráter rigoroso, a responsabilidade com o mundo e a moralidade (Reale; Antiseri, 2004, p. 348)

Conforme Reale e Antiseri (2004, p. 348), Kant era proficiente em latim, porém menos em grego, por isso seu repertório literário e filosófico não incluía as obras seminais da antiguidade grega, o que ressoou em sua obra filosófica. Ingressando na Universidade de Königsberg em 1740, Kant estudou ciências e filosofia, concluindo seus requisitos acadêmicos em 1747. De 1747 à 1754, foi tutor particular para se sustentar financeiramente.

Em 1755, Kant obteve seu doutorado e começou sua carreira acadêmica como livre-docente na Universidade de Königsberg. Em 1770, com a publicação da "Dissertação sobre a forma e os princípios do mundo sensível e do mundo inteligível", tornou-se professor titular, rigoroso e dinâmico, que conquistou o respeito e a admiração de seus alunos. Sua mente era aberta e sua fala fluida, repleta de humor e vivacidade, tornavam suas aulas altamente estimulantes.

Apesar de receber convites tentadores, Pascal (2011, p. 15) relata que Kant recusou-se a deixar a Universidade de Königsberg, que o tornou renomado. Na instituição assumiu diversas responsabilidades como membro do senado universitário em 1780, reitor de 1786 a 1788 e decano da Faculdade de Filosofia e de toda a Academia em 1792, foi sócio da Academia de Berlim em 1786, da de São Petersburgo em 1794 e da de Viena em 1798. Em 1796, suas forças começaram a declinar e ele renunciou ao ensino, embora tenha continuado a fazer publicações. Em 12 de fevereiro de 1804, Kant faleceu.

3 FILOSOFIA DA HISTÓRIA

3.1 A DISTINÇÃO ENTRE *HISTORIE* E *WELTGESCHICHTE*

Dentre as obras de Immanuel Kant, o presente estudo ateu-se à "Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita" [*Idee zu einer allgemeinen*

Geschichte in weltbürgerlicher Absicht], artigo que inaugurou a filosofia da história alemã, publicado em 1784, pela revista *Berlinische Monatschrift*. Não obstante, cabe inferir que, conforme Barros (2017, p. 9), a distinção fundamental entre historiografia e filosofia da história consiste na motivação que cada uma emprega em sua investigação. Como menciona Lebrun (1979, p. 43), “é a Kant, e não a Hegel, que remonta a oposição entre *Historie*, disciplina do entendimento, e a *Weltgeschichte*, discurso sobre o sentido necessário da história”. Assim sendo, a historiografia se concentra na narrativa e na descrição da sucessão dos fatos e ações humanas, preocupando-se em compor um encadeamento coerente desses eventos. Por outro lado, a filosofia da história busca identificar um fio condutor que possa explicar as ações humanas em termos de uma finalidade ou propósito predefinido. Nessa tentativa, procura compreender os eventos históricos como parte de um plano ou desígnio específico.

Entretanto, cabe inferir que, no sentido atribuído por Kant à história da humanidade, ela apenas é suscetível “de consideração filosófica quando se toma o conjunto das ações humanas em uma perspectiva teleológica” (Nadai, 2006, p. 66).

É relevante observar que, como Barros (2017, p. 9) argumenta, embora ambas as disciplinas lidarem com o mesmo objeto — as ações humanas —, cada uma formula um problema distintos. Assim, a historiografia pergunta “O que ocorreu?” e a filosofia da história indaga se “Há algum sentido ou propósito no que ocorreu?” Portanto, enquanto a história explora as razões dos eventos históricos sem necessariamente buscar um propósito final, a filosofia da história procura encontrar um fio condutor que possa fornecer uma estrutura interpretativa para a narrativa histórica.

Diante disso, como indica Barros (2017, p. 9), Kant dedicou parte de seus inúmeros escritos à crítica histórico-filosófica, onde investigou o *télos* humano. Portanto, a filosofia da história kantiana é caracterizada pela interpretação das ações humanas, de acordo com a observação do autor, como uma progressiva transformação em relação a uma disposição original. Para Kant, a história da humanidade é essencialmente a história do progresso humano, por essa razão, ele delineou os meios pelos quais esse progresso pode ocorrer e os fins que deve alcançar.

A relação da história com o sentido da ação humana é uma das mais estruturais para o modo especificamente humano de existir, ou seja, as questões relativas à ação histórica ou ao sujeito histórico ligam-se à pergunta pela história como um todo. Em vários momentos da vida de cada indivíduo ou dos grupos e sociedades as questões sobre a história apresentam-se como interrogações centrais, por um lado elas revelam certa necessidade de conhecimento de informações e discernimento do sentido das ações do passado, por outro se ligam à busca humana de melhores fundamentos para as suas ações e decisões. Estas constatações são [...] suficientes para mostrar as duas acepções básicas do termo história: 1- passado narrado e conteúdo da consciência ou da memória; e 2- espaço da ação caracteristicamente humana que une poder de interferência, liberdade de decisão e reflexão. Assim, o conhecimento da história (e de seu sentido) é essencial à ética e à política enquanto respectivas buscas de realização do viver bem por parte do indivíduo ou da sociedade (Barros, 2009a, p. 9, grifo do autor).

Tendo esses aspectos em vista, Barros (2009b, p. 66) menciona que, para Kant, pode-se inferir finalmente, que a história avança devido à existência de uma benéfica competição entre indivíduos, que têm necessidade um do outro. De igual

modo, comenta Bodei (2001, p. 48), que a civilização surge como síntese dessa constante oscilação dos indivíduos, pois tendo os homens tendência à sociabilidade e à insociabilidade, segundo Kant (2008, p. 23), são impelidos a superar a discórdia e se unirem na harmonia, mesmo que isso seja contra sua vontade. Ademais, essa dinâmica antagônica não apenas evidencia a dor, mas também a fecundidade do conflito, isso é, o progresso.

4 AS PROPOSIÇÕES KANTIANAS

4.1 AS TRÊS PRIMEIRAS PROPOSIÇÕES

4.1.1 Teleologia da natureza

O ensaio “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” é composto por uma introdução acrescida de nove proposições e “considera a possibilidade de inserir o conceito de progresso numa narrativa racional da história” (André, 2012, p. 35). Kant começa suas argumentações pontuando aspectos imprescindíveis nos quais essas são embasadas. Primeiramente, a definição dos atos humanos aceitos como as “manifestações fenomenais” da liberdade da vontade humana, sendo determinados por leis naturais universais, ou seja, válidas incondicionalmente para todos os indivíduos. Em segundo lugar, a história é aquela “que se ocupa da narrativa dessas manifestações” (Kant, 2022, p. 3), considerando o papel da liberdade da vontade humana em sua totalidade. Dessa forma, a história busca identificar um padrão regular nessas manifestações e entender o que aparenta ser confuso e irregular nos indivíduos isolados (Kant, 2022, p. 3). Vale salientar que as referidas manifestações “devem ser consideradas como um desenvolvimento contínuo, embora lento, das capacidades originais no conjunto da espécie humana” (Magalhães e Beck, 1997, p. 5).

Não obstante, os seres humanos não agem meramente por instinto, nem tampouco como cidadãos racionais do mundo conforme um plano determinado, uma vez que os indivíduos aparentam ter sabedoria, mas são “entretecidos de tolice, capricho pueril e [...] maldade infantil e vandalismo” evidenciando uma “espécie tão orgulhosa de suas prerrogativas” (Kant, 2022, p. 4).

Tendo por base essas considerações, na obra em questão, Kant objetiva propor uma reflexão acerca da história humana, uma vez que a humanidade é conformada pelas determinações da natureza, ao passo que, concomitantemente, dispõe dos germens da liberdade; não obstante, o autor quer descobrir se diante do aglomerado de fatos históricos é possível se averiguar algo de filosófico (Barros, 2017, p. 20).

O que possibilita a fundamentação da reflexão kantiana acerca da história? Como é possível discorrer sobre o futuro sem determiná-lo? E, como é possível pensar o homem livre e ao mesmo tempo determinado pela natureza? Para que possamos apresentar a reflexão que o filósofo alemão desenvolveu no ensaio *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784) [...], nos é requerido exprimir seus alicerces críticos (Barros, 2017, p. 20, grifo do autor).

Nesse sentido, a filosofia da história kantiana se fundamenta na doutrina teleológica da natureza, destacada na Primeira Proposição do ensaio em questão. No entanto,

Barros (2017, p. 20) destaca que é essencial reconhecer as especificidades das ponderações de Kant em relação a outras abordagens sobre o sentido da história, especialmente considerando a sistematicidade desenvolvida por Kant em suas obras principais. A resposta às perguntas que iniciam a Primeira Proposição foi estruturada pelo filósofo alemão em sua obra "Crítica da Faculdade do Juízo" de 1790, na qual Kant explora seu pensamento estético, na primeira parte, e realiza uma crítica da faculdade de juízo teleológico, na segunda, sendo esta última de interesse para a análise.

Segundo Kant, é viável dissertar sobre a teleologia da natureza porque essa característica da constituição do mundo não se origina das suas configurações fenomênicas, mas sim da estrutura das faculdades cognitivas humanas. Ao refletir sobre a ordem que a natureza assume e, por meio dela, demonstrar as leis que governam os eventos do universo, é necessário reconhecer que essa sistematização implica uma "conformidade a fins" específicos. Isso exige que o objeto em questão seja constituído de um complexo orientado para uma finalidade determinada (Barros, 2017, p. 20).

A Primeira Proposição do ensaio sobre a "Ideia de uma história universal" remete à característica teleológica da natureza, com a qual Kant (2022, p. 4) afirma que "todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim". Nesse sentido, para Kant, é possível pensar a natureza regulada por leis e conformada em vista de uma finalidade, haja vista que é uma exigência do entendimento humano diante desta mesma reflexão (Barros, 2017, p. 23).

A reflexão sobre as conformações da natureza deve iniciar justamente da ideia indispensável que ela é regida por princípios reguladores em sua constituição, isto é, leis. "Pois, se prescindirmos desse princípio, não teremos uma natureza regulada por leis, e sim um jogo sem finalidade e uma indeterminação desconsolada toma o lugar do fio condutor da razão" (Kant, 2022, p. 4-5).

Assim sendo, este fio condutor possibilita responder às indagações sobre os propósitos que a natureza tem para com o gênero humano, permitindo assim a compreensão de sua história de uma perspectiva cosmopolita (Barros, 2017, p. 24).

Como atesta Barros (2017, p. 24), para Kant, a atribuição de um juízo teleológico à natureza é justificável porque essa ideia emerge da própria estrutura do entendimento humano, o qual ao refletir sua composição, apenas o pode fazer ao conceber a natureza como um reino de fins. Portanto, sendo um juízo reflexivo⁴, ele deve pensar o universal a partir do particular, buscando no primeiro a ideia do segundo. Assim, a visão de que as disposições naturais estão destinadas a se

⁴ Conforme Kant, o juízo é, de modo geral, a faculdade de assumir o "particular" no "universal". Assim o juízo configura-se como determinante, quando são dados tanto o particular quanto o universal e o objeto é, conseqüentemente, determinado cognoscitivamente. Ademais, o juízo é reflexivo quando é dado apenas o particular, há carência de uma lei universal, aceita por todos, e objetiva à qual referi-lo. "Ora, o princípio-guia *a priori* que nos juízos reflexivos singulares permite remontar particular até o universal "procurado" é a *hipótese da finalidade da natureza*, segundo uma unidade *tal qual poderia ter sido estabelecida por um intelecto divino*. E é possível encontrar o finalismo da natureza de dois modos: refletindo sobre a beleza (juízo estético), ou então refletindo sobre a ordem da natureza (juízo teleológico)" (Reale; Antiseri, 2004, p. 390, grifo do autor).

desenvolver plenamente resulta justamente da compreensão de que a natureza é percebida e interpretada, de acordo com Kant (2022, p. 4), “tanto pela observação externa quanto pela interna ou anatômica. Um órgão que não deva ser usado, uma ordenação que não atinja o seu fim são contradições à doutrina teleológica da natureza”. Assim, através da análise desses organismos, é possível considerá-los como constituídos por leis que podem ser universalizadas. Antes do surgimento dessas leis, eles eram definidos na história natural por sua inconstância, uma “constituição” que a razão não consegue acessar, conforme Barros (2017, p. 24).

4.1.2 Disposições naturais

Na Segunda Proposição do ensaio em questão é expresso que “*no homem (única criatura racional sobre a Terra) aquelas disposições naturais⁵ que estão voltadas para o uso de sua razão devem desenvolver-se completamente apenas na espécie e não no indivíduo*” (Kant, 2022, p. 5, grifo do autor).

Nesse contexto, Giannotti (1979, p. 113) menciona que toda criatura é detentora de disposições naturais (*Naturanlagen*) que a orientam em vista de um desenvolvimento completo e direcionado a um propósito, ou fim. Esse princípio é confirmado pela observação do comportamento animal, mas, como tal, exige uma extrapolação proporcionada pelo funcionamento reflexivo do intelecto; assim, sua verificação ocorre no contexto geral da relação dos fins. No entanto, quando se trata de seres humanos, essas disposições, quando guiadas pela razão, não se desenvolvem plenamente em cada indivíduo, necessitando da espécie como um todo para cumprir seu destino.

4.1.3 O crivo da razão

Em se tratando da Terceira Proposição, do opúsculo em questão, ela é uma confirmação das duas antecessoras:

A natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica da sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição senão daquela que ele proporciona a si mesmo, livre do instinto, por meio da própria razão (Kant, 2022, p. 5, grifo do autor).

Observa-se que, a partir da supracitada proposição, Immanuel Kant reflete uma das suas ideias centrais sobre a natureza humana e a moralidade. Nesse contexto, o filósofo argumenta que a natureza exige que os seres humanos se afastem de uma existência puramente instintiva ou mecânica, como é o caso dos animais. Assim, ele enfatiza a necessidade de transcender a vida instintiva e os comportamentos automáticos compartilhados com outros seres vivos. Ademais, prosseguindo com o raciocínio, Kant elucida que a verdadeira felicidade e a perfeição do ser humano não advêm dos instintos ou das condições naturais, mas sim da razão. Dessa forma, a

⁵ Na obra kantiana “A religião nos limites da simples razão”, o tradutor Bruno Cunha traduz *anlage* (disposição) como predisposição. Assim, para Kant “Podemos, de maneira justificada, colocar essa predisposição, em relação ao seu fim, em três classes, como elementos da determinação do ser humano. 1. A predisposição para a animalidade do ser humano, como um ser vivente; 2. Para a humanidade dele, como um ser vivente e, ao mesmo tempo, racional; 3. Para a sua personalidade, como um ser racional e, ao mesmo tempo, suscetível de imputação” (Kant, 2024, p. 69-70).

felicidade não está atrelada aos desejos instintivos; pelo contrário, o ser humano deve utilizar sua capacidade racional para criar e alcançar essas qualidades de maneira autônoma. Isso significa buscar a realização e a felicidade por meio da razão, agindo conforme princípios racionais e éticos, em vez de simplesmente seguir desejos naturais ou instintivos como um animal.

É interessante observar, consoante a Magalhães e Beck (1997, p. 6), como Kant aborda a interação entre os propósitos da natureza e a fundamentação do desenvolvimento humano em si mesmo. Dessa maneira ele posiciona a natureza como um fator determinante para o sentido da existência humana. Contudo, a oposição do homem aos demais, gerada pela insociabilidade, desperta todas as forças dele e o leva a superar suas tendências e desenvolver, aos poucos, os talentos, “forma-se o gosto por um progressivo iluminar-se” (Kant, 2022, p. 7). No entanto as disposições naturais humanas são fundadas na razão, a qual permite ao indivíduo agir não por instinto como animal, elevando-se em direção à máxima habilidade e à perfeição interna de seu modo de pensamento. Vale ressaltar que os limites entre o ser humano e a natureza⁶ são estabelecidos pela razão, a qual é concedida ao homem pela natureza⁷ e deve ser utilizada em conjunto com a “liberdade de vontade” — que também se fundamenta na razão — para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, para o progresso da espécie rumo à felicidade. No entanto, de acordo com Kant, a felicidade seria alcançada apenas pelas gerações futuras⁸.

Assim sendo, na terceira proposição, observa-se que a natureza se importa, consoante cita Kant (2022, p. 6), “mais com a *autoestima* racional do que qualquer bem-estar” do homem, haja vista que no curso das coisas humanas, muitas dificuldades o aguardam. Nesse contexto, conforme Klein (2009, p. 164), a natureza se posiciona como aquela instância organizadora do contexto no qual o homem deve exercer uma ação, porém a mesma não age pelo homem, ou seja, se o indivíduo quiser participar de alguma espécie de “perfeição”, conseqüentemente,

⁶ Natureza, no sentido de mundo físico, refere-se ao ambiente natural, incluindo todos os elementos não humanos, como plantas, animais, e os fenômenos naturais. Nesse contexto, a natureza é vista como o conjunto de condições e leis que regem o mundo material.

⁷ Natureza aqui se refere à condição intrínseca do ser humano, incluindo suas capacidades, instintos e potencialidades. Nesse sentido, a natureza é entendida como aquilo que é inerente ao ser humano, como a racionalidade e a moralidade que orientam seu comportamento, uma espécie de Providência. “Assim, defrontamo-nos com dois conceitos de natureza, um que diz respeito às ciências empírico-naturais, na forma como estas tematizam os fenômenos a partir de categorias a priori e, por outro lado, uma natureza supra-sensível, que diz respeito a nossa existência prático-ética, ou seja, livre. Como seres humanos, no entanto, pertencemos a esses dois mundos e podemos ser considerados a partir desses dois pontos de vista (Schütz, 2009, p. 247).

⁸ Kant explica que “Parece que a natureza não se preocupa com que ele viva bem, mas, ao contrário, com que ele trabalhe de modo a tornar-se digno, por sua conduta, da vida e do bem-estar. O que permanece estranho aqui é que as gerações passadas parecem cumprir suas penosas tarefas somente em nome das gerações vindouras, preparando para estas um degrau a partir do qual elas possam elevar mais o edifício que a natureza tem como propósito, e que somente as gerações posteriores devam ter a felicidade de habitar a obra que uma longa linhagem de antepassados (certamente sem esse propósito) edificou, sem mesmo poder participar da felicidade que preparou. E por enigmático que isto seja, é, entretanto, também necessário, quando se aceita que uma espécie animal deve ser dotada de razão e, como classe de seres racionais, todos mortais, mas cuja espécie é imortal, deve todavia atingir a plenitude do desenvolvimento de suas disposições” (Kant, 2022, p. 6).

cabe a ele esforçar-se em vista disso, porque não há sentido transferir sua função à natureza, esperando que essa aja por ele. Cabe observar que houve uma mudança no papel atribuído à natureza em relação ao que ela realmente exerce. No caso, a história do desenvolvimento das disposições naturais não é um percurso cego para o ser humano; caso contrário, a noção de “mérito” (*Verdienst*) ou “auto-estima racional” (*vernünftige Selbstschätzung*) não faria sentido para Kant. Ao empregar esses conceitos, Kant sublinha que a trajetória da humanidade deve ser assimilada como resultado das suas próprias escolhas e, portanto, da sua liberdade. Por essa razão, não pode haver mérito onde não há liberdade de escolha.

Em suma, livre do instinto, através da própria razão, o homem é convocado a, com seus semelhantes, superar os antagonismos promovendo um desenvolvimento produtivo que conduza o gênero humano ao progresso, interpretado como implementação da moralidade, como será tratado nos tópicos posteriores.

5 QUARTA PROPOSIÇÃO: INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE

No ponto chave desta pesquisa, a quarta proposição, em linhas gerais, aponta que o ser humano tem uma tendência natural ambivalente à sociabilidade e à insociabilidade, buscando se associar com outros para crescer e evoluir, mas as ações individuais nem sempre se alinham aos interesses coletivos, são insociáveis, gerando conflitos. Tais tensões não são negativas, mas fundamentais para o desenvolvimento, visto que estimulam o indivíduo a sair da inatividade e a se adaptar à sociedade. Destarte, a resistência social impõe desafios que, após superados, conduzem o homem a aprimorar suas capacidades e a buscar soluções que permitam alcançar progressivamente seu potencial máximo.

5.1 O CONCEITO DE ANTAGONISMO

5.1.1 Antagonismo

Uma vez compreendida essa questão introdutória, cabe deter-se a investigar e associar os conceitos de “antagonismo” e “insociável sociabilidade” na filosofia da história de Kant, expurgando a concepção equívoca do antagonismo.

Nesse sentido, André (2012, p. 33) menciona que o antagonismo possui definições equivocadas, habituais no discurso casual e ocasionalmente encontradas até em análises especulativas, que erroneamente associam a noção de antagonismo com a ideia de incompatibilidade absoluta, de uma oposição que paralisa, sugerindo a presença de uma força negativa, principalmente como uma força impedidora ou anuladora.

Para constatar o fato do significado usual de antagonismo, o dicionário Michaelis (2024), de Língua Portuguesa, define-o como “grande oposição de ideias, sentimentos etc. entre pessoas ou grupo de pessoas; incompatibilidade, rivalidade”.

Ademais, o dicionário digital Aulete (2024) também define o antagonismo nesse mesmo sentido como “1. Ação em sentido oposto; 2. Oposição ou incompatibilidade de ideias, opiniões, sistemas etc.; 3. Ação ou resultado de opor-se a, ou manifestação de princípio ou vontade contrários a (algo)”.

Já o dicionário Duden (2024), em Língua Alemã, define *antagonismus* [antagonismo] como *Gegensatz* [contraste] e *Widerstreit* [contradição].

Por outro lado, no Dicionário de Filosofia, Abbagnano (2007, p. 913) define “sociedade” como tendência natural do homem à sociabilidade, baseando-se em conceitos kantianos. Como Kant (2022, p. 7) analisa, o homem possui tendência a associar-se porque no estado de sociabilidade sente-se mais homem, ou seja, sente-se mais propício a desenvolver melhor suas disposições naturais; entretanto, concomitantemente, tem forte propensão a dissociar-se (isolar-se) porque tem com ambivalência a qualidade insocial de querer convergir tudo para seu próprio interesse, em função de que deve esperar resistência de diversos lados e, por sua vez, sabe que terá resistência por parte dos demais homens.

Ora, na filosofia kantiana, somos confrontados com uma leitura mais abrangente da ideia de antagonismo, a qual não se esgota nessa proposição eminentemente bloqueadora ou derogatória, como nos mostra o tratado *Versuch den Begriff der Negativen Grössen in die Weltweisheit einzuführen* [Uma Tentativa de Introduzir o Conceito de Quantidades Negativas na Sabedoria Mundana], de 1763 (André, 2012, p. 33, grifo do autor).

No mencionado opúsculo, em conformidade com André (2012, 33), Kant discute a existência de dois tipos de oposição. Segundo o filósofo, a primeira implica em afirmar uma propriedade de um objeto enquanto simultaneamente se realiza a negação da mesma. Nessa circunstância, não se pode inferir nada verdadeiro ou concreto, resultando em uma incoerência absoluta, um *nihil negativum irrepresentabile*⁹.

A utilização do vocábulo “antagonismo” em sentido tradicional remete essencialmente para essa acepção, designando a existência de duas forças que mutuamente se anulam, revelando-se essa coexistência como necessariamente improdutiva (André, 2012, p. 33-34, grifo do autor).

Ademais, André (2012, p. 34), acrescenta que, no texto de 1763, Kant observa que há outro tipo de oposição em que duas propriedades contrárias de um mesmo objeto são estabelecidas sem gerar uma incoerência lógica, visto que as propriedades nele reconhecidas não são mutuamente exclusivas, mas apenas contrapostas. Não raro,

⁹ Eberth Eleuterio dos Santos explica: “Consideremos, juntamente com Kant, o conceito de *grandeza negativa* em geral para, em seguida, determinar os seus significados específicos. Levando-se em conta que a chave para predicarmos as grandezas é a noção de *oposição*, então temos que verificar as duas maneiras por meio das quais podemos considerar essa noção: 1º como *oposição lógica*; 2º como *oposição real*. Assim, Kant estabelece dois níveis de análise para a apreciação da noção de oposição: aquele da lógica e aquele da natureza. Com isso, ele pretende distinguir as respectivas funções causais da oposição considerada em cada um desses níveis. Na oposição lógica não resta nenhuma consequência da conexão entre a afirmação e a negação, *nihil negativum irrepresentabile*. Dadas duas afirmações absolutamente contrárias, o pensamento se surpreende na situação de não poder prosseguir com seu trabalho, obediente como é aos princípios de *contradição* e *terceiro excluído* (*tertium non datur*). Nesse sentido, a contradição, que é como entendemos a oposição lógica, gera um tipo de *vacuidade do pensamento*, um *nada impensável*, um absoluto vazio [...]” (Santos, 2015, p. 86-87). Por exemplo, na oposição lógica, a afirmação “todos os corpos são extensos”, tem como proposição contrária “nenhum corpo é extenso”. Já a oposição real, por outro lado, envolve situações em que duas realidades podem coexistir, mas estão em tensão ou conflito, como a relação entre liberdade e determinação. Segundo Kant, a liberdade (como a capacidade de agir de acordo com a razão) pode ser vista como oposta à determinação (as influências causais do mundo físico), mas sugere que ambas as dimensões coexistem em uma relação complexa.

a confrontação de duas forças ou propriedades opostas assumiria a aparência de um paradoxo, mas na realidade representa uma ambivalência estruturante, um antagonismo. Em outras palavras, é a conciliação de características ou postulados opostos inseridos em um conceito significativo, que não necessariamente seria vazio ou estéril.

5.1.2 Insociável sociabilidade: antagonismo criativo

Conforme recorda André (2012, p. 34), mesmo que as observações anteriores se refiram a juízos lógicos, pode-se, indubitavelmente, encontrar nelas, de forma incipiente, os sustentáculos teóricos de elementos fundamentais doutrinários da reflexão política e antropológica de Kant, especialmente a ideia de insociável sociabilidade como sede da essência humana, como também a noção de progresso refletida enquanto intento histórico que, entretanto, se origina da guerra e da discórdia humanas¹⁰.

Num e noutro caso, é o conceito de antagonismo (pensado como oposição aparentemente paradoxal) que explica a passagem de um aparente dualismo a uma dialética transformadora do humano, do social e do político - ficando assim sublinhada a sua relevância na especulação kantiana (André, 2012, p. 34).

Após a análise do conceito equivocado de antagonismo, é imprescindível compreender o que é o antagonismo na filosofia da história de Kant. Na obra “Ideia de uma história da filosofia de um ponto de vista cosmopolita” (1784), é considerada a possibilidade de integrar o conceito de progresso em uma narrativa racional da história, com o objetivo de articular uma visão estruturada e lógica sobre o desenvolvimento humano ao longo do tempo. Ademais, tal narrativa histórica está sustentada por dois princípios, o primeiro é a concepção de que as disposições dos sujeitos tendem a se desenvolver integralmente e, o segundo, o fato desse desenvolvimento gradual seguir por uma série de dinâmicas antagônicas, cujo principal objetivo é desencadear tal processo de evolução (André, 2012, p. 35).

O homem se encontra perante essa categoria inédita de antagonismo, compreendida como ferramenta criativa crucial, sobre a qual Kant se refere no texto já mencionado, a propósito de um pensamento essencialmente antropológico. Assim, para Kant, o verdadeiro fator que desencadeia o referido aperfeiçoamento do homem é uma espécie de conflito peculiar, o qual é exatamente a insociável sociabilidade que existe inerente ao homem (André, 2012, p. 36). Sobre isso, especificamente na Quarta Proposição, Kant define o antagonismo:

O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo delas na sociedade, na medida

¹⁰ Kant descreve que “o homem quer a concórdia, mas a natureza sabe o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia” (Kant, 2022, p. 8). Nesse sentido, Wagner Barbosa de Barros explica que “de acordo com Kant, quando vivem em sociedade, os homens têm a tendência de entrarem em conflito uns com os outros, pois são egoístas e, frequentemente, apropriam-se de bens que poderiam ser de outros ou de todos. A disputa pela posse de mercadorias, propriedades, posições sociais ou a simples desavença pela maneira de geri-la, insere os homens na constância desta *discórdia*. O objetivo da natureza é esse. Ela quer, segundo Kant, que nesta conjuntura, os *conflitos* sejam os responsáveis pelo aprimoramento das disposições naturais, pois requerem dos homens um permanente exercício racional” (Barros, 2017, p. 37, grifo do autor).

em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis desta sociedade. Eu entendo aqui por antagonismo a *insociável sociabilidade* dos homens, ou seja, sua tendência a entrar em sociedade que está ligada a uma oposição geral que ameaça constantemente dissolver essa sociedade (Kant, 2022, p. 7, grifo do autor).

A célebre expressão, “insociável sociabilidade”, refere-se ao conflito interno subsistente no ser humano, fragmentado entre o seu desejo de viver numa comunidade de semelhantes, na qual reconhece a si mesmo como indivíduo e na qual sente ser possível um aprimoramento mais pleno de suas capacidades naturais, e a tendência para o isolamento, em que exerce um controle absoluto e irrestrito sobre si mesmo e o ambiente ao seu redor. Esse isolamento representa uma fuga dos obstáculos que os outros homens impõem à idealização e realização de suas próprias pretensões (André, 2012, p. 36).

É mister reconhecer que, conforme aponta André (2012, p. 36), a “sociabilidade insociável” é a expressão mais íntegra da concepção de “antagonismo” concebida por Kant, esse fator é evidente sobretudo ao realizar a verificação da origem etimológica dessa perspectiva. Nesse contexto, “antagonismo” é uma combinação dos termos gregos *άντα* (face a face) e *άγώνια* (luta), isso ressalta que o homem não apenas se depara com uma ambivalência estática entre duas realidades opostas que coexistem pacificamente nele. Em vez disso, o ser humano enfrenta uma “luta face a face” entre a tendência para integrar-se na sociedade (sociabilidade) e a resistência a essa integração (insociabilidade). Essa dinâmica origina uma dialética que promove o despertar do indivíduo, estimulando-o a desenvolver seus talentos, a competir e a cooperar com os demais para aprimorar suas disposições naturais¹¹. Outrossim, Kant evidencia que tais movimentos são dispostos por um sábio Criador¹² e não algo negativo:

Os impulsos naturais que conduzem a isto, as fontes da insociabilidade e da oposição geral, de que advêm tantos males, mas que também impelem a uma tensão renovada das forças e a um maior desenvolvimento das disposições naturais, *revelam também a disposição de um criador sábio*, e não a mão de um espírito maligno que se tenha intrometido na magnífica obra do Criador ou a estragado por inveja (Kant, 2022, p. 8, grifo nosso).

¹¹ José Gomes André ressalta que “caso o homem não possuísse esse antagonismo, continuaria a ser dotado dessas faculdades naturais, mas estas ficariam para sempre ocultas, tendendo o homem, enquanto gênero, a uma estagnação. Porém, [...] o homem possui essa *insociabilidade*, que funciona como elemento desequilibrador duma potencial situação harmoniosa inicial. Essa resistência que ele encontra na sociedade, para a qual se sente *naturalmente inclinado*, esse antagonismo radical, provoca uma luta interior que resulta num despertar das disposições originais” (André, 2012, p. 36).

¹² Kant, sobre o Criador: “No mecanismo da natureza, a que o homem (como ser sensível) pertence, manifesta-se uma forma que já subjaz à sua existência e que não podemos conceber de nenhum outro modo a não ser supondo-lhe um fim de um Autor do mundo, que a predetermina; a esta determinação prévia chamamos providência (divina) em geral; enquanto está no começo do mundo, damos-lhe o nome de providência fundadora [*providentia conditrix*; *semel iussit, semper parent*] (‘Ordenou uma só vez, obedecem sempre’, Agostinho); mas enquanto conserva o curso da natureza, segundo leis universais de finalidade, damos-lhe o nome de providência governante (*providentia gubernatrix*); em relação aos fins particulares, mas não previsíveis pelo homem e só cognoscíveis a partir do resultado, chamamos-lhe Providência diretora (*providentia directrix*) e, por último, em relação a alguns acontecimentos singulares, enquanto fins divinos, não a chamamos providência, mas disposição (*directio extraordinaria*)” (Kant, 2008, p. 23).

Nesse sentido, Giannotti (1979, p. 117) afirma que o antagonismo não se refere exclusivamente às disposições naturais da espécie humana, mas sim abrange todas as dimensões da natureza que se complementam por intermédio das oposições reais presentes no ser humano e manipuladas por ele. Ademais, isso se verifica porque o homem, como fim último da natureza, possui capacidade de transformar todas as coisas em meios para sua manutenção e sobrevivência. Portanto, não apenas tudo é orientado em função do homem, como também nele possui sua determinação completa, de modo que a própria natureza utiliza de uma de suas criaturas para atingir a plenitude de suas determinações. No entanto, mesmo nesse patamar, o desfecho permanece ambíguo, pois não se sabe como a oposição real, ao provocar uma ordenação regular (*gesetzmäßigen Ordnung*) da natureza, confere a essa ordem tanto o caráter de sistema quanto o de legalidade moral, ou seja, o antagonismo se torna ao fim a causa de uma ordem regulada por leis da sociedade.

Vale recordar que, para Kant (2022, p. 7), conforme a quarta proposição da obra de 1784, o antagonismo inerente à natureza humana que tem o poder de subjugar todas as outras oposições reais, é a *sociabilidade insociável*¹³ (*ungesellige Geselligkeit*). Nesse sentido, o anseio do homem de estar em sociedade é equilibrado por uma inclinação ao isolamento, mas isso ocorre apenas porque cada indivíduo, ao mesmo tempo em que é impulsionado em direção aos outros, se vê como um fim em si mesmo, sendo capaz, ao menos em parte, de encontrar dentro de si mesmo as forças necessárias para lidar com seus próprios conflitos, ou seja, para enfrentar suas próprias tensões. É importante enfatizar que o ser humano não é regido apenas por duas forças opostas que poderiam se neutralizar e deixar cada pessoa em um estado de imobilidade, ao contrário, a insociável sociabilidade é dinâmica.

Outrossim, merece destaque nessa concepção o fato de Kant pôr as dinâmicas antagônicas como instrumento que produz e não como mecanismo que cinde ou anula (André, 2012, p. 35). Assim, onde é desvelada uma aparente contradição imobilizadora (senão mesmo destrutiva), o filósofo, ao contrário, encontra um antagonismo criativo, compreendido como processo no qual os contrastes de tensões adversas origina algo essencialmente inédito - coincidindo a essa dialética a própria ideia de expansão orgânica do cosmos. “O conceito de antagonismo parece repousar assim sobre a ideia de paradoxo, mas não fica por definição remetido ao simples confronto perpétuo de duas forças contraditórias, sendo antes o ponto de partida para a gestação de novos dinamismos” (Saner, 1973, p. 7 e ss. *apud* André, 2012, p. 35).

[...] não temos apenas duas forças contrárias atuando num mesmo plano e que poderiam se anular e confinar cada indivíduo num imobilismo. O instinto de sociedade força o indivíduo a se associar com outro e, em contraparte, é o indivíduo como um todo racionalmente existente que domina suas tendências e as põe em função de seus interesses egoístas. De um lado, um simples vetor; de outro, uma atividade reflexionante e totalizante, que se opõe à tensão do instinto (Giannotti, 1979, p. 49).

Como assevera Kant (2022, p. 7), a busca dos homens por direcionar tudo em função de seus próprios interesses, fundamentada em seu egoísmo, leva-os a

¹³ A qual Wellington Anselmo Martins define “a sua busca por vida social paradoxalmente atravessada pelo seu desejo de isolamento” (Martins, 2019, p. 224).

explorar tanto a natureza quanto as relações interpessoais. Ante a expectativa de resistência por parte dos outros e do meio natural, eles se preparam para confrontar tais oposições. Sem esse fenômeno de resistência ativa às capacidades humanas, estimulando-os a superar sua tendência à inércia, sem o impulso da insociabilidade, os talentos humanos permaneceriam incultos; todos contentariam-se com uma convivência simplista, como a de pastores. Como observa Kant (2022, p. 8), “o homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia”. A insociabilidade desempenha, portanto, um papel essencial no estímulo ao desenvolvimento humano. Ademais, a concorrência resulta em efeitos altamente benéficos, ilustrados pela metáfora da árvore isolada, que cresce de forma torta, em contraste com as árvores da floresta que, ao competirem por luz e ar, crescem retas e saudáveis (Kant, 2022, p. 9).

Após esses aspectos, o segredo da ausência de anulação em um dos lados da sociabilidade pode ser explicado pelo fato de que toda forma de sociabilidade é, em sua essência, insociável, e vice-versa, isto é, a manifestação de uma implica a manifestação da outra. Contudo, o outro não se configura apenas como uma força vital distinta, mas como um todo, um fim em si mesmo, representado por um nome e que busca transformar todas as coisas em meios para a afirmação de sua própria individualidade. Ademais, é precisamente essa nova concepção de alteridade que alavanca o processo histórico, no qual os indivíduos motivados pelo egoísmo tendem a oferecer resistências de toda sorte (*durchgängigen Widerstande*) à sociabilidade do outro. Assim sendo, a plenitude dessas resistências, definida pela posição que o homem ocupa na hierarquia da criação, é o que gera o movimento cultural, portanto, cada indivíduo procura extrair de si os talentos necessários para enfrentar a resistência externa, buscando, assim, aproveitar toda forma de experiência, seja própria ou de terceiros, que possa ampliar sua capacidade de ação (Giannotti, 1979, p. 118-119).

Como Giannotti (1979, p. 119) deixa entrever, a própria natureza, ao se basear no comportamento humano, oferece a todos um modelo de concórdia moral, evidenciando uma sociedade patológica que aponta para a necessidade de um pacto civil. Contudo, a união das vontades individuais em uma vontade coletiva é um processo que depende unicamente da forma como essas vontades estão arranjadas.

Esta oposição [...] despertando todas as forças do homem, o leva a superar sua tendência à preguiça e, movido pela busca de projeção (*Ehrsucht*), pela ânsia de dominação (*Herrschaft*) ou pela cobiça (*Habsucht*), a proporcionar-se uma posição entre companheiros que ele não atura mas dos quais não pode prescindir. Dão-se então os primeiros verdadeiros passos que levarão da rudeza à cultura, que consiste propriamente no valor social do homem; aí desenvolvem-se aos poucos todos os talentos, forma-se o gosto e tem início, através de um progressivo iluminar-se (*Aufklärung*), a fundação de um modo de pensar que pode transformar, com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido patologicamente para uma sociedade em um todo moral (Kant, 2022, p. 7, grifo do autor).

Por fim, após todas essas análises, ressalta-se que Kant não reconhece que em alguns indivíduos a sociabilidade predomina enquanto em outros a insociabilidade prevaleça; ao contrário, ele vê o antagonismo entre essas disposições como uma

característica comum a toda a humanidade. Destarte o ser humano possui, simultaneamente, tanto sociabilidade quanto insociabilidade, o que lhe permite evoluir moral e juridicamente, abandonando sua rudeza (Barros, 2017, p. 32). Outrossim, fica evidente que não há um embate entre o bem e o mal porque esse antagonismo não é resultado de um gênio maligno, mas sim de um Criador sábio (Kant, 2022, p. 8). Em síntese, a sociabilidade é essencial para o desenvolvimento humano na vida em comunidade, enquanto a insociabilidade, fruto do egoísmo, leva à competição. A natureza, portanto, desafia o ser humano a superar conflitos nas interações sociais, promovendo o progresso contínuo da moralidade, cultura e humanidade, como será abordado posteriormente.

6 METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho exploratório para “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Assim foi possível realizar o levantamento bibliográfico referente ao problema pesquisado, além de analisar profundamente o texto, a fim de identificar exemplos que favorecem a compreensão da problemática estudada, no caso, situações que evidenciam a ocorrência da insociável sociabilidade, tão presente na contemporaneidade.

Assim, em primeiro lugar, a leitura atenta das quatro primeiras proposições kantianas, com especial atenção à Quarta Proposição, seguida da análise textual crítica e interpretativa, a fim de identificar os elementos, conceitos e explicações fundamentais e necessários para uma compreensão adequada do texto. Ademais, foi realizada uma pesquisa sobre a vida, a obra e o pensamento do autor, o que forneceu elementos úteis para elucidar as ideias expostas pois, consoante a Severino (2016, p. 58), “o primeiro esclarecimento a ser buscado são os dados a respeito do autor do texto”.

Em relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem da problemática, a pesquisa é bibliográfica, uma vez que, ela é feita a partir de registros disponíveis de pesquisas anteriores em livros, teses, endereço eletrônico, etc. (Severino, 2016, p. 131). Logicamente, os métodos adotados, a leitura da obra principal, de dicionários, somada às demais leituras e análises de monografias e textos acerca do tema fortemente presente hodiernamente, foram de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho e seus desdobramentos conceituais crítico-filosóficos.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 A IMPORTÂNCIA DA INSOCIÁVEL SOCIABILIDADE

Por fim, é fundamental destacar a importância da insociável sociabilidade para o progresso numa narrativa racional da história, no ponto de vista kantiano, tendo em vista a intersubjetividade e a autonomia do homem contemporâneo. Como abordado anteriormente, Immanuel Kant explica o que para ele seria o motor da história em sua quarta proposição:

O meio de que a natureza se serve para realizar o desenvolvimento de todas as suas disposições é o *antagonismo* delas na sociedade, na medida em que ele se torna ao fim a causa de uma ordem uma ordenação¹⁴ reguladas por leis desta sociedade (Kant, 2022, p. 7).

Ao revisitar as argumentações kantianas, observa-se que a natureza dotou o ser humano de razão, permitindo-lhe, através dela e de sua liberdade de vontade, desenvolver suas disposições naturais, as quais também são determinadas pela natureza, progredindo de maneira gradual. Kant, em sua quarta proposição, introduz a ideia do antagonismo interno na sociedade como um catalisador para o desenvolvimento humano. Nesse antagonismo dos homens, há uma tendência natural para socializar, embora esta esteja sempre acompanhada por uma resistência antissocial que ameaça constantemente dissolver a sociedade (Magalhães; Beck, 1997, p. 6). O mecanismo desse antagonismo opera da seguinte forma: ao se associarem, os indivíduos experimentam o desenvolvimento de suas disposições naturais, promovendo assim o progresso humano. Contudo, para Kant (2022, p. 7), há uma inclinação para o isolamento, pois cada indivíduo possui a particularidade insociável de querer impor sua vontade de maneira independente, através de sua liberdade de escolha¹⁵. É exatamente essa resistência que estimula todas as faculdades humanas, incentivando os indivíduos a superar a inércia. A ambição, o instinto de dominação e a ganância impulsionam assim o progresso.

Em relação ao fio condutor desse processo, Kant o atribui ao progresso em direção a uma constituição política ideal, entendida como o único meio para a plena realização das disposições do homem e, logicamente, o progresso se demonstra possível devido à insociável sociabilidade nos e entre os indivíduos. Assim, a ação humana na busca pela concretização de seus propósitos individuais, que inclusive os opõe entre si, é orientada pelo direito, como se seguisse o propósito natural de realizar completamente as disposições humanas (Nadai, 2006, p. 101).

Desenvolvendo a argumentação proposta por Kant, conforme destacado por Nadai (2006, p. 101), a oposição entre indivíduos na busca de alcançar seus objetivos particulares é um elemento central na relação entre direito e história. Além disso, sob a perspectiva filosófica que fundamenta sua história universal da humanidade, Kant identifica um dado antropológico específico que vincula a finalidade da natureza, o desenvolvimento pleno das disposições racionais da humanidade e a sociedade civil: a “insociável sociabilidade”, tal vínculo se manifesta na formulação da quarta proposição, analisada anteriormente.

Diante disso, o antagonismo entre os homens em sociedade, caracterizado pela “insociável sociabilidade” (meio pelo qual a natureza realiza seu propósito), possui um aspecto duplamente positivo. Por um lado, essa dinâmica leva os indivíduos a desenvolver suas disposições; por outro, é responsável pelo ingresso dos homens no estado civil, tornando-se, ao final, a causa de uma ordem regulada por leis nesta sociedade (Nadai, 2006, p. 101).

¹⁴ O mesmo que disposição (ou predisposição).

¹⁵ “Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria” (Kant, 2022, p. 3-4)

Em suma, Kant define a insociável sociabilidade como uma tendência inerente dos homens à vida em comum, indissociável de uma igual inclinação ao isolamento. Segundo o filósofo, os homens tendem a viver entre outros, pois “se sentem mais como homens em tal estado” (Kant, 2022, p. 11). Entretanto, essa mesma natureza humana também é marcada por uma forte inclinação ao isolamento, uma vez que o indivíduo “deseja conduzir tudo simplesmente em seu proveito” (Kant, 2022, p. 12). Assim, a vida social dos homens, antes ou após a formação da sociedade civil, é marcada por uma oposição generalizada entre todos os indivíduos, a qual pode culminar em diferentes resultados.

Considerando essa relação entre o antagonismo que opõe os homens e o desenvolvimento de seus talentos e disposições, existe um vínculo entre a insociável sociabilidade e o surgimento da sociedade civil, como resultado de um progresso, mas que se desenvolve continuamente.

Após essas considerações, é possível analisar a insociável sociabilidade em diversos aspectos da sociedade contemporânea.

Primeiramente, a insociável sociabilidade oferece uma perspectiva valiosa para entender a dinâmica entre conflitos e cooperação. Assim, para todo conflito gerado por combates devidos aos objetivos egoístas dos indivíduos, os mesmos necessitam de cooperação intersubjetiva para restabelecer a convivência, por isso, essa dualidade revela como os indivíduos buscam a convivência social, ao mesmo tempo em que enfrentam rivalidades e disputas. Nessa perspectiva, nas sociedades hodiernas, essa tensão se manifesta em conflitos políticos, sociais e econômicos, onde a cooperação e o antagonismo coexistem, moldando a convivência social.

Em segundo lugar, o conceito de “insociável sociabilidade” é útil para discutir as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas. Pode-se constatar a tensão entre o desejo de inclusão e as barreiras que persistem nas diversas sociedades, como racismo, machismo e elitismo, que evidencia essa dualidade. Essas questões aparecem como a busca por uma sociedade mais inclusiva, a qual é frequentemente confrontada por estruturas de exclusão que perpetuam desigualdades. Cabe então passar do “natural” à produtividade na busca da harmonia diferenciada.

Além disso, a convivência social gera uma diversidade de identidades e valores, o que pode resultar em tensões. Hodiernamente muitos são os grupos identitários que possuem valores distintos, portanto, a compreensão dessa dinâmica é crucial para promover o diálogo e a aceitação entre diferentes grupos, facilitando a construção de uma sociedade plural e respeitosa.

Ademais, a insociável sociabilidade também sugere que o conflito pode ser uma força motriz para a mudança social. Em paralelo a contextos contemporâneos, movimentos sociais e protestos frequentemente emergem como respostas a injustiças, evidenciando como as tensões sociais podem impulsionar transformações significativas na estrutura da sociedade.

Por fim, esse conceito convida à reflexão sobre a responsabilidade ética em um mundo interconectado. Diante disso, a interação entre indivíduos exige uma ética que não considere apenas interesses pessoais, mas que também atenda ao bem comum, promovendo um sentido de responsabilidade compartilhada.

Com base nesses aspectos, aplicar a insociável sociabilidade à análise das sociedades contemporâneas, favorece o melhor entendimento das complexidades das relações sociais, os desafios que as sociedades mundiais enfrentam e as oportunidades para a construção de sociedades mais justas e harmoniosas.

7.2 A IDEIA DE PROGRESSO NA HISTÓRIA

É notório que a noção que destaca o raciocínio kantiano é a ideia de progresso¹⁶, sendo o antagonismo social um motor da história. Nesse contexto, o progresso representa o objetivo da história ao descrever as manifestações fenomenais da vontade humana, isto é, os atos guiados por um fio condutor, o qual é evidentemente entendido como sendo o desenvolvimento das disposições naturais, determinadas pela natureza, que, no ser humano, enquanto espécie, estão associadas ao uso da razão (André, 2012, p. 48).

Cumpre-se afirmar que a insociável sociabilidade, com sua dinâmica intrínseca, gera uma dialética que desperta no indivíduo a responsabilidade de desenvolver seus talentos e habilidades, ao mesmo tempo que o impulsiona a colaborar com outros para aprimorar suas disposições naturais (André, 2012, p. 36). Nesse aspecto, a sociabilidade insociável atua como um motor inicial na história do progresso, embora introduza também uma sombra sobre a ideia de intersubjetividade. Consequentemente, isso condiciona as relações sociais a uma lógica que une o desejo autêntico de interação ao cálculo egoísta. Na verdade, a necessidade de cada indivíduo de aperfeiçoar suas capacidades, garantir segurança e sobreviver em um ambiente natural hostil leva à busca por uma vida coletiva (André, 2012, p. 37).

A sociabilidade só promove o progresso se o fizer a partir da relação que mantém com a insociabilidade, e o contrário também é verdadeiro. [...] Kant pôde apontar novamente a necessidade de a mola responsável pelo progresso do homem estar contida nele, já que a autoestima racional do gênero humano é construída por meio da superação dos impasses insociáveis que o homem presencia em sua realidade. A natureza proveu este mecanismo ao homem para que não precisasse atuar em sua história filosófica, direcionando-o completamente em todos os âmbitos de sua vida, deixando todo seu protagonismo a ele (Barros, 2017, p. 40).

Essa ambiguidade hostil, bem presente nas lógicas antagônicas em Kant, não é, entretanto, estática. Ao contrário, possui uma produtividade fundamental que se traduz em um imperativo teórico-prático: o dever de submeter esse conflito antropológico a uma ordem social, política e legal que discipline os impulsos egoístas e possibilite uma convivência organizada, pacífica e cooperativa. Assim, a humanidade está destinada a realizar suas potencialidades, tornando necessário

¹⁶ José Aparecido Pereira destaca que, na “Ideia de uma história universal”, “a argumentação kantiana encontra-se fundamentada na ideia de que é na história que a espécie humana realiza progressivamente os seus próprios fins. Neste sentido, o progresso é visto e concebido sob uma trama teleológica” (Pereira, 2008, p. 110). Nessa obra, Immanuel Kant entende o progresso como um processo racional e teleológico que busca a realização da liberdade e da moralidade na sociedade. Tal progresso, entretanto, não se limita a avanços materiais, mas envolve o desenvolvimento das capacidades racionais e éticas dos indivíduos, onde a história é vista como um movimento contínuo que, através de conflitos e desafios, leva à evolução das instituições que promovem a paz e a justiça. Em suma, Kant acredita que a finalidade da história é a construção de uma sociedade cosmopolita, na qual todos possam viver em harmonia, exercendo sua liberdade de maneira ética e responsável.

buscar um ideal político que favoreça sua sobrevivência e aperfeiçoamento (André, 2012, p. 37).

Em suma, além do progresso que surge da liberdade individual, também existem grandes avanços evolutivos que são fruto da própria natureza, que gera razões individuais revolucionárias, como as de Kepler, Newton (Kant, 2022, p. 4) e até mesmo Einstein. Dessa forma, ela intervém diretamente no avanço da humanidade em direção à universalização da virtude racional, de leis justas e da paz duradoura.

7.3 INTERSUBJETIVIDADE E AUTONOMIA NA CONTEMPORANEIDADE

Como observado, é o antagonismo intersubjetivo que envolve o homem num constante aprimoramento das suas disposições, isso o constrange a aperfeiçoar as próprias maneiras de socialização e, concomitantemente, de combate, de afirmação perante outrem e de conquista do seu território (Barros, 2017, p. 41).

Não obstante, percebe-se que a paradoxal sociabilidade insociável do gênero humano, por um lado conduz os homens a viver em sociedade, por outro lado ameaça dissolver essa mesma sociedade, é essa contrariedade que faz o ser humano evoluir e “transformar um acordo extorquido de forma *patologicamente* para uma sociedade em um todo *moral*” (Kant, 2022, p. 7). Ademais, isso traz à tona o fato de qualquer indivíduo buscar viver comodamente dentre seus semelhantes, se beneficiar do acordo civilizado. Entretanto, simultaneamente, os demais indivíduos de uma sociedade, que também almejam o mesmo, impõem obrigações a si mesmos e aos demais, o que, por sua vez, restringe a liberdade individual. Esse é o *pathos* (apelo emocional) do qual as pessoas não conseguem escapar, mas que, paradoxalmente, é essencial para o avanço coletivo.

Em uma singular metáfora sobre a constituição civil, na quinta proposição da obra base deste trabalho, Kant elucida a virtude da sociabilidade insociável:

[...] assim como as árvores num bosque, procurando roubar umas às outras o ar e o sol, impelem-se a buscá-los acima de si, e desse modo obtêm um crescimento belo e aprumado, as que, ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos a seu bel-prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas (Kant, 2022, p. 9).

Continua o autor, que toda cultura e toda arte que ornem a humanidade, a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade, a qual por si só “é obrigada a se disciplinar e, assim, por meio de um artifício imposto, a desenvolver completamente os germes da natureza” (Kant, 2022, p. 9). Nesse caso, deve-se compreender o “bosque” como a Sociedade Civil, um estado idealizado para a realização da objetivação cosmopolita humana de que fala Kant.

Porém, é indispensável respeitar a individualidade de outrem, isto é, a convivência intersubjetividade faz-se imprescindível para que os humanos convivam melhor entre si obedecendo “à vontade universalmente válida, de modo que todos possam ser livres” (Kant, 2022, p. 9), caso contrário o homem tenderia apenas a buscar realizar os próprios interesses. E, como na metáfora acima, sem limite o indivíduo se desviará de sua humanidade e crescerá “torto”. Ademais, Kant sugere que o gênero humano, em seu estado primitivo, era absolutamente livre, porém, os homens são convocados a renunciar à sua “liberdade brutal” em busca de tranquilidade e

segurança dentro de uma Constituição Civil. Para Kant, apenas limitados por si mesmos e, em última instância, por um governante, os indivíduos deixam de ser bárbaros escravos de seus impulsos e se tornam senhores de uma liberdade que é marcada pela autonomia, caracteristicamente humana, que se traduz em viver segundo uma vontade universalmente válida (Kant, 2022, p. 9).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos aspectos discutidos ao longo deste artigo, observa-se que Kant entendia os seres humanos como intrinsecamente sociáveis, mas ao mesmo tempo detentores de uma certa insociabilidade, o que provoca conflitos pragmáticos e egoístas que, por sua vez, são vistos como vitais para o progresso da humanidade. Outrossim, o movimento progressivo da humanidade gerado pelas tensões da sociabilidade e da insociabilidade são dispostas por um sábio Criador e, são positivas pois promovem o desenvolvimento do progresso, culminando no direito.

Para Kant, o homem é o único ser racional sobre a Terra, e suas disposições naturais se desenvolvem plenamente no contexto da espécie. Nesse sentido, a razão desempenha um papel crucial na ampliação das capacidades humanas, superando o mero instinto natural. Como Kant menciona na quarta proposição de sua obra, o meio pelo qual a natureza promove o desenvolvimento integral das disposições humanas é, na verdade, o antagonismo social, ou seja, a “insociável sociabilidade” entre os indivíduos, que traça os primeiros passos rumo ao progresso. É através do processo dialético de concórdia e discórdia que as forças humanas despertam de seu estado de inércia. Assim, é somente com a emergência da discórdia, da vaidade, da cobiça e do desejo de domínio — aspectos tão presentes na sociedade contemporânea — que se revelam os talentos e tendências da humanidade que permaneciam ocultos na vida idílica da pura concórdia. Portanto, o antagonismo se configura como uma condição de possibilidade essencial para a construção de uma constituição civil ideal e de um Estado cosmopolita.

Além disso, as pessoas buscam maximizar o potencial de suas inclinações naturais e isso apenas é possível em sociedade, conforme Kant. Assim como as árvores em um bosque, que competem por espaço, ar e luz solar, crescem eretas e altaneiras, as pessoas em uma sociedade interdependente são impulsionadas pelo contato e pelas tensões sociais a desenvolverem suas potencialidades. Por outro lado, aquelas que vivem em isolamento e liberdade tendem a se desorganizar e dissociar, assim como as árvores solitárias que espalham seus galhos de forma desordenada, resultando em um crescimento mutilado, sinuoso e encurvado. Portanto, os conflitos e as interações sociais são fundamentais para o florescimento humano.

Em suma, Kant compreende que a cultura e a ordem social emergem do antagonismo das tendências egoístas humanas. O processo dialético de concórdia e discórdia, característico da insociável sociabilidade, é um catalisador para o desenvolvimento humano, pois instiga o questionamento de conflitos e promove a cooperação, a superação de desigualdades, entre outros aspectos.

Destarte, o antagonismo não deve ser visto como negativo, mas sim produtivo, que se desenvolve e busca a realização do ser humano tanto como indivíduo como sociedade, a fim de superar as diferenças e alcançar objetivos que favoreçam a

sociedade civil. Não obstante, a análise da “insociável sociabilidade” revela-se fundamental para a compreensão da dinâmica do progresso humano ao longo da história. Outrossim verificou-se o paradoxo do antagonismo como motor para o desenvolvimento social e moral, como também compreendeu-se que, mesmo em meio a uma sociedade marcada por fragmentações e egoísmos, a busca por uma universalidade e um propósito comum permeia as ações individuais e coletivas, mesmo que inconscientemente. Mas é preciso proatividade na busca do consenso entre diversas instâncias subjetivas e intersubjetivas.

Dessa forma, o estudo da “insociável sociabilidade” além de iluminar a complexidade das interações sociais, oferece uma perspectiva crítica sobre os desafios enfrentados na construção de uma sociedade mais coesa e inclusiva. Ao enfrentar e compreender as tensões que emergem do antagonismo, a humanidade pode avançar em direção a um ideal de progresso que, embora enraizado em conflitos, aspire à harmonia e à solidariedade. Em suma, a “insociável sociabilidade”, longe de ser um mero obstáculo, revela-se um elemento essencial para a evolução e o progresso da humanidade, reafirmando a necessidade de uma abordagem integrada entre as dimensões filosófica, social e ética da existência humana.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRÉ, José Gomes. O conceito de antagonismo na filosofia da história de Kant. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35, n. 2, p. 31-50, Maio/Ago., 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/277050577_O_conceito_de_antagonismo_na_filosofia_politica_de_Kant>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ANTAGONISMO. In: MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2024. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/antagonismo/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

ANTAGONISMO. In: AULETE, Digital. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**: Dicionário Caldas Aulete, online. Lexikon, 2024. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/antagonismo>>. Acesso em: 20 maio 2024.

ANTAGONISMUS. In: DUDEN, Wörterbuch. **Cornelsen Verlag GmbH**, 2024. Disponível em: <<https://www.duden.de/rechtschreibung/Antagonismus>>. Acesso em: 20 maio 2024.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: _____. **Aristóteles**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 116-320.

BARROS, Marcos André de. **Filosofia da história**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009a. Disponível em:

<https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15093016022012Filosofia_da_Historia_aula_1.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

_____. _____. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009b. Disponível em:

<https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/15095116022012Filosofia_da_Historia_aula_6.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

BARROS, Wagner Barbosa de. **A ideia de insociável sociabilidade na filosofia da história de Immanuel Kant**. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8980>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BODEI, Remo. **A História tem um sentido?** Tradução de Reginaldo Di Piero. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Disponível em: <pdfcoffee.com/_bodei-remo-a-historia-tem-um-sentidopdf-pdf-free.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

GIANNOTTI, José Arthur. **Kant e o espaço da história universal**. Discurso, São Paulo, nº 10, p. 85-136, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KANT, Immanuel. **A religião nos limites da simples razão**. Tradução de Bruno Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes. 2024.

_____. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo Ribeiro Terra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

_____. **À paz perpétua**. Um Projeto Filosófico. Tradução de Artur Morão. Covilhã: LusoSofia, 2008. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1795/mes/paz.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

KLEIN, Joel Thiago. Os fundamentos teóricos e práticos da filosofia kantiana da história no ensaio *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. **Studia Kantiana**, Santa Maria, v. 7, n. 9, p. 161-186, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/sk.v7i9.88590>>. Acesso em: 08 ago. 2024.

LEBRUN, Gérard. "Une eschatologie pour la morale". **Manuscrito**, v. 2, nº 2, p. 43-65, Abril, 1979.

MAGALHÃES, Josiane; BECK, Marcelo Luis Grassi. De Kant a Freud: a sociabilidade insociável da humanidade. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 2, nº. 2, p. 5-11, jul./dez. 1997. DOI: 10.5433/2176-6665.1997v2n2p5.

Disponível em:

<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9347>>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARTINS, Wellington Anselmo. Kant e a subjetividade: A disposição natural dos indivíduos no cosmopolitismo kantiano. **Mimesis**, Bauru, v. 40, n. 2, p. 219-230, 2019. Disponível em: <https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v40_n2_2019/mimesis_v40_n2_2019_art_02.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

NADAI, Bruno. **Teleologia e História em Kant**: a Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. Tese (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.132. 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-01112007-152730/publico/TESE_BRUNO_NADAI.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

PASCAL, George. **Compreender Kant**. Tradução de Raimundo Vier. 7ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PEREIRA, J. A. A Ideia de Progresso em Kant. **Tempo da Ciência**, v. 15, n. 30, p. 107–119, 2008. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1985>>. Acesso em: 31 out. 2024.

PINHEIRO, Letícia Machado. Kant e o resgate do bem na natureza humana decaída. **Trans/Form/Ação**, v. 34, n. 2, out., 2011, p. 53-69. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3842/384273603004.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: de Spinoza a Kant. Tradução de: Ivo Storniolo, São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Eberth Eleuterio dos. Leucipo, Demócrito e Kant: uma Reflexão sobre a Equivalência entre Ser e Não-Ser. **Trans/Form/Ação**, v. 38, n. 2, maio/ago., 2015, p. 71-94. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, Brasil. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/5235/3686>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHÜTZ, Rosalvo. A concepção multifacetada de natureza em Kant. **Veritas**, Porto Alegre - RS, v. 54, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/5076>>. Acesso em: 13 nov. 2024.